

## **Formação continuada de professores no Instituto Federal de São Paulo: atuação docente num contexto de mudanças políticas**

**Daniella Zanellato, Estela Pereira Batista**

IFSP Câmpus Campos do Jordão. *Email:* daniella.zanellato@ifsp.edu.br

IFSP Câmpus Campinas. *Email:* estela.pereira@ifsp.edu.br

**Resumo:** O contexto atual de mudanças políticas representa um desafio continuado para a formação de professores com vistas a uma formação do indivíduo enquanto sujeito político. Partimos do pressuposto que a formação continuada dos docentes se torna fundamental no sentido político que o ato pedagógico deve assumir, nos desdobramentos da atuação docente na formação do aluno e, conseqüentemente, na nossa contribuição para a sociedade que transformamos. A partir de uma breve investigação fundamentada no constructo teórico de Paulo Freire e de Gramsci, espera-se contribuir com ações pedagógicas mais reflexivas, sobretudo com relação ao papel social e político do educador e educando em sua estreita relação com a práxis.

**Palavras-chave:** EDUCAÇÃO E TRABALHO. FORMAÇÃO DOCENTE. FORMAÇÃO POLÍTICA. MOTIVAÇÃO DOCENTE.

**Linha Temática:** Formação Inicial e Continuada de Professores (FP)

### **1. INTRODUÇÃO**

Algumas coisas mudaram, sim. Algumas para melhor e outras para pior. Os convites e as andanças continuam. As perguntas, às vezes, também continuam as mesmas. Há uma enorme vontade de saber e de aprender dos jovens educadores de hoje e desejo de enfrentar coletivamente a luta pela libertação que continua tarefa permanente. Paulo Freire e Moacir Gadotti (1995).

Como docentes da disciplina de Arte no Instituto Federal de São Paulo (IFSP) convidamos, neste texto, a uma discussão sobre a atuação do professor de Arte como motivador da reflexão crítica no atual momento de mudanças políticas que colocam em discussão a importância da disciplina e da formação do indivíduo enquanto sujeito político. Valendo-nos, ainda, de nossas experiências na formação de professores no curso de Pedagogia e de nossa participação em grupos de trabalho dentro do IFSP que discutem essa questão, como é o caso da comissão de Formação Docente, partimos do pressuposto que a formação continuada dos docentes se torna fundamental no sentido político que o ato pedagógico deve assumir, nos desdobramentos da atuação docente na formação do aluno e, conseqüentemente, na nossa contribuição para a sociedade que transformamos.

Ao considerarmos tais prerrogativas, levamos em consideração o golpe de 1964 e o estabelecimento da ditadura civil militar no Brasil, no período que se ampliou até 1985 e que representou o fim da democracia e das reformas sociais, cujo impacto se deu num significativo retrocesso em diversas áreas do Brasil, dentre as quais, a educação pública e privada.

No período da educação tecnicista, compreendido dentre as décadas de 1960/1970, evidenciaram-se as mudanças na sociedade industrial e as metas econômicas, sociais e políticas impostas pela ditadura, assumindo o professor o planejamento sistematizado de planos de ensino, com

ênfase na organização das aulas e dos programas de curso. Nesse período, o uso de recursos tecnológicos e audiovisuais eram concebidos como formas de modernizar o ensino da Arte (FERRAZ; FUSARI, 2009).

De acordo com Arelaro (2017), o período tecnocrático é caracterizado pela adoção de terminologia militar no vocabulário educacional, tais como “estratégias, táticas, eficácia, eficiência, avaliação de desempenho”, dentre outros, além de termos como “competência, habilidade, produtividade, eficácia e eficiência”. Também surgem as primeiras propostas de Avaliação de Desempenho na Administração Pública. Em contraposição às tendências pedagógicas tradicional, escolanovista e tecnicista, as contribuições da obra de Paulo Freire propunham a formação da consciência crítica da sociedade, a partir do diálogo junto às comunidades.

De acordo com Gadotti (1985) “como seu ponto de partida, a sua opção radical é a libertação dos oprimidos, o sentido mais profundo da sua obra é ser a ‘expressão’ dos oprimidos. Daí ser uma obra inquietadora, perturbadora, revolucionária. Ela exprime a realidade e a estratégia do oprimido. Foi por essa razão que Freire não foi tolerado após o golpe militar de 1964: por ser o ‘pedagogo dos oprimidos’ ” (p.10).

Para Tardif (2000), o desenvolvimento de saberes por parte dos professores possui determinadas características: são adquiridos através do tempo, uma vez que se vinculam com a sua história de vida escolar e com a estruturação da rotina de trabalho desde os primeiros anos de prática; são plurais e heterogêneos, pois são originários de diferentes fontes e utilizados de modo integrado no trabalho; são personalizados e situados, isto é, são saberes apropriados, com sentidos construídos em função de uma situação.

Ao analisar posturas e práticas do professor, torna-se necessário fazê-lo tendo em vista as políticas públicas educacionais que influenciam tais práticas e, em contrapartida, deveriam ser influenciadoras nas referidas políticas, uma vez que a ação educativa envolve diversos agentes que, em corresponsabilidade, devem promover oportunidades de aprendizagem sustentadas pelo princípio da equidade. Atribuir unicamente aos professores a responsabilidade pelo sucesso e permanência dos alunos, seria desconsiderar o papel determinante das políticas públicas para a educação pública, bem como os demais processos e atores que estão diretamente envolvidos nas suas práticas, tais como a escola, a família e os demais agentes da rede de apoio.

Identifica-se que a formação continuada de professores está inserida numa abordagem sobre as políticas educativas e a própria prática docente, sendo necessária para construir análises e elaborações que refazem as identidades em um cenário de mudanças e inovações constantes (NÓVOA, 1991).

Em contrapartida, aspectos relacionados a análise teórica sobre a abordagem da motivação na formação continuada de professores também nos apontou para uma ampla rede de significados para os processos formativos e práticas pedagógicas. Dentre as definições, podemos compreender o termo motivação a partir de sua origem do latim *movere*, entendido como movimento ou mudança frente a um determinado objeto ou circunstância e, os estados motivacionais, podem ser concebidos como parte de fatores internos, motivações intrínsecas; tanto quanto a fatores externos, como incentivos provenientes de recompensas (CASTILHO; GARCIA; FERNANDES, 2010).

Além disso, a construção da identidade política do corpo docente também é constitutiva nesses novos espaços, gerando reflexões e discussões acerca da educação para o trabalho, propiciando a implementação de políticas públicas mais efetivas. Todavia, no momento atual da recente promulgação da Lei 13.415/17 da Reforma do Ensino Médio que traz expressiva alteração do propósito educativo para essa etapa, faz-se necessário que o corpo docente volte suas atenções para a apropriação dessas mudanças e para a compreensão aprofundada das intencionalidades que as motivam e principalmente para as implicações ela poderá trazer para a condição de trabalho docente e para a formação dos alunos.

Importante salientar, conforme destaca Prieto (2006), que as mudanças precisam ser refletidas pelo grupo, acompanhadas de sustentação teórico-prática e *não impostas à sua revelia*, não sendo possível modificar as práticas pedagógicas sem que os professores estejam cientes das razões e benefícios das mesmas, seja para os alunos, a escola e o sistema de ensino, quanto para seu próprio

desenvolvimento profissional. Investigaremos a seguir, como tais questões podem impactar as relações de formação docente no IFSP.

## **2. A FORMAÇÃO DOCENTE NO IFSP**

No caso específico dos Institutos Federais que apresentam forte vocação histórica na formação técnica e tecnológica e que, por isso mesmo, traz na composição de seu corpo docente grande presença de profissionais com formação nas áreas técnicas, pode-se pensar a importância do aspecto político na formação continuada do docente.

Se nosso propósito é a formação crítica, considerando o trabalho ontológico (não estranhado) como princípio educativo, fica evidente a relação entre formar o trabalhador e também o sujeito político e histórico. O desafio proposto por Paulo Freire (1991) aos educadores “é assumir o seu tempo, integrar-se, inserir-se no seu tempo (...) a melhor maneira de alguém assumir seu tempo, e assumir também com lucidez, é entender a história como possibilidade” (p. 89).

Para que a formação política se dê, é preciso que o professor, como motivador da reflexão crítica nos alunos, assuma também uma crítica constante de sua própria atuação no contexto político que o submete a mudanças que devem ser compreendidas e questionadas, tendo em vista as possibilidades de interferência nessas realidades objetivando a educação pública de qualidade para os alunos e as boas condições de trabalho docente que se refletem no objetivo anterior. É importante que o professor conheça sua condição como trabalhador e se constitua como intelectual orgânico da classe trabalhadora.

Com papel de destaque na reprodução ou na transformação social via conscientização e o desenvolvimento de uma nova concepção de mundo, os intelectuais se formam em espaços ideológicos, sendo um dos mais relevantes a escola, em cujo processo de disseminação de conhecimento e valores pode ser capaz de levar à transformação política (superestrutura) e conseqüentemente à econômica (estrutura), considerando que as duas esferas se correlacionam.

Se, embasados em Gramsci, considerarmos que a contradição está posta no âmbito político e o subalterno é capaz de identificar as ferramentas opressivas do capital – mesmo que isso ainda ocorra de forma molecular e em momentos pontuais de consciência –, o poder hegemônico não está estabelecido na totalidade ainda que sua capacidade de alienação material e cultural seja bastante desenvolvida. Esta capacidade dá aos subalternos a possibilidade do questionamento da hegemonia dominante e é por meio desta consciência e do desenvolvimento de estratégias oriundas desses espaços moleculares – de discussão e formação docente, por exemplo – que se pode pensar num processo de estabelecimento de uma nova concepção de mundo, capaz de fazer emergir uma nova hegemonia.

Nesse sentido, a formação continuada do professor é imprescindível, tendo em vista que o contexto político é dinâmico e que existe uma necessidade premente de atualização e análise crítica das mudanças que impactam a prática do professor e por conseqüência, a formação dos alunos.

## **3. CONCLUSÕES**

Os intelectuais são aqueles sujeitos capazes da manutenção e disseminação das concepções de mundo distintas, podendo ser funcionários da hegemonia da classe dominante ou propositores da transformação social quando se tratam de intelectuais da classe trabalhadora que surgem dentro dela ou que, mesmo não sendo parte dela, se aliam por consciência e compreensão das desigualdades do sistema capitalista, passando a atuar ativamente na sociedade, vivenciando a realidade e refletindo sobre ela e sobre possibilidades de atuação para mudança.

Para Gramsci, a estrutura (economia) determina a superestrutura (política) mas se reproduz também graças a ela, numa relação de reciprocidade e interdependência. Na estrutura, da forma como está organizada hoje no mundo ocidental – com a imposição da condição de subalternos à grande massa de trabalhadores – não há liberdade, não há sequer condição de compreensão da realidade. Com a transformação, a estrutura pode ser exatamente o lugar onde a igualdade se estabeleça caso se

desenvolva uma distribuição igualitária de recursos e uma nova forma de divisão do trabalho, transformando dessa maneira também a concepção de mundo da humanidade (superestrutura), o que nos possibilitaria viver o que o autor chamou de momento ético-político quando não haverá a exploração e a subjugação do homem pelo homem.

Nesse contexto, Paulo Freire irá apontar para a educação bancária, reprodutora dos sistemas de manutenção do capital hegemônico, sendo fundamental uma educação para a mudança e para a liberdade, que contribua com a formação de cidadãos críticos e potencializadores da transformação social.

Como via de mão dupla, vale lembrar também que Gramsci (2001) observa a grande importância da superestrutura como fomentadora e reafirmadora do modelo estrutural estabelecido e entende que o processo hegemônico que se dá via força (estrutura) mas também via consenso (superestrutura) – como dois mecanismos aliados que em combinações distintas dependendo do grau de desenvolvimento da sociedade – é dialético, ou seja, o poder hegemônico não é capaz de impor suas determinações a todos o tempo todo e é aí que aparece a contradição.

O trabalho não-alienado é a base das relações humanas sendo, portanto, um princípio educativo, posto que é também uma atividade intelectual. Não pode haver educação, cultura, ciência, filosofia ou qualquer outro conhecimento sem uma relação estreita com a práxis, neste e em outros aspectos os pensamentos de Antonio Gramsci e Paulo Freire dialogam entre si e nos levam a considerar a filosofia da práxis como uma proposição intelectual que deve considerar a prática humana para que se estabeleça como uma concepção de mundo que faça sentido, que seja concreta e não abstrata.

## REFERÊNCIAS

- ARELARO, L. *Disciplina Paulo Freire e os Desafios da Educação na Atualidade (EDA 5047-1). Apontamentos de aula*. Faculdade de Educação: Universidade de São Paulo, 2017.
- CASTILHO, J.; GARCIA, M.; FERNANDES, A. J.: *Aderência Discente em Educação e Distância: Perfil e Estados Motivacionais*. In J. Sánchez (Ed.): *Congreso Iberoamericano de Informática Educativa*, Vol 1, pp 154-161, Santiago de Chile.
- FERRAZ, Maria H.C.T; FUSARI, Maria F.R. *Metodologia do Ensino de Arte: fundamentos e proposições*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2009.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Educação como Prática de Liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- GADOTTI, M.; Freire, P. *Pedagogia: diálogo e conflito*. 4. ed. – São Paulo: Cortez, 1995.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v. 2.
- NÓVOA, A. *A formação contínua entre a pessoa-professor e a organização-escola*. Inovação. Revista do Instituto de Inovação Educacional, Porto, v. 4, n. 1, 1991.
- PRIETO, R.G.; MANTOAN, M. T. E.; ARANTES, V. A. *Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil*. In: Valéria Amorim Arantes. (Org.). *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. 1 ed. São Paulo: Summus, 2006, v. 1, p. 31-103.
- TARDIF, M. *Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério*. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 13, 2000.